

O AJUSTE FISCAL Piva acredita que produto brasileiro perderá competitividade e Eduardo Eugênio desaconselha demissões imediatas

Empresários criticam impostos mais altos

Samuel Martins

O programa de ajuste fiscal anunciado ontem pelo governo foi recebido com críticas pela maioria das Federações de Indústrias dos estados. Enquanto o presidente da Federação das Indústrias do Estado e São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, avaliou que os aumentos da CPMF e da Cofins vão ter enorme impacto negativo sobre a competitividade das indústria nacionais, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Fierj), mais otimista, desaconselhou as demissões como solução para os empresários enfrentarem a turbulência causada pelos juros altos.

Segundo Piva, "a elevação das alíquotas dos impostos provoca encarecimento do produto brasileiro e torna os importados mais baratos. Isso significa que a medida cria empregos no exterior e desemprego no Brasil", criticou. Além disso, Piva acredita que as medidas são insatisfatórias na área tributária. Para o empresário, a indústria deve ser significativamente atingida por impostos mais altos. "O programa prevê reestruturação fiscal com um terço de corte de gastos e dois terços de aumento de receita. Com isso, o setor produtivo paga a maior parte da conta", comentou. Na avaliação do presidente da Fiesp, a compensação oferecida pelo governo às empresas pelo aumento da Cofins – dedução no Imposto de Renda – não traz benefícios às companhias simplesmente porque muitas não vão ter lucros.

Otimismo – Eduardo Eugênio gostaria que os empresários pensassem duas vezes antes de demitir. "O empresário consciente e empreendedor, sabendo que as medidas do governo são corretas, não vai demitir pois terá de recrutar de novo em alguns meses", disse.

Para justificar o otimismo, Eduardo Eugênio citou levantamento da Firjan que registra: a crise não cancelou nem um centavo dos R\$ 31 bilhões previstos para investimentos na indústria do Rio entre 97 e 99. "Não existe indústria no Rio que tenha parado com a crise", afirmou. A única preocupação é a taxa de juros. "A economia volta a crescer assim que os juros baixarem. Até lá, temos de apertar o cinto e bola para frente. Ele vai ser desafrouxado em curto prazo. É importante para a colaboração com o país que os empresários diminuam seus lucros um pouco até a situação melhorar."

Com ressalvas – O pacote foi aprovado com ressalvas por outros empresários no Rio. A grande preocupação é com a retração que a economia brasileira deve sofrer em 99. A alta dos juros e o aumento na alíquota da CPMF foram os pontos mais criticados. Para o diretor-presidente da Xerox, Carlos Salles, as maiores vítimas serão os clientes das empresas. "O mercado vai ficar mais difícil, pois as microempresas vão se afogar nos juros", disse. Sobre a CPMF, Salles foi mais taxativo. "Esse imposto pune a circulação do dinheiro, que faz o mercado girar. Só não é punido quem deixa dinheiro parado no banco",

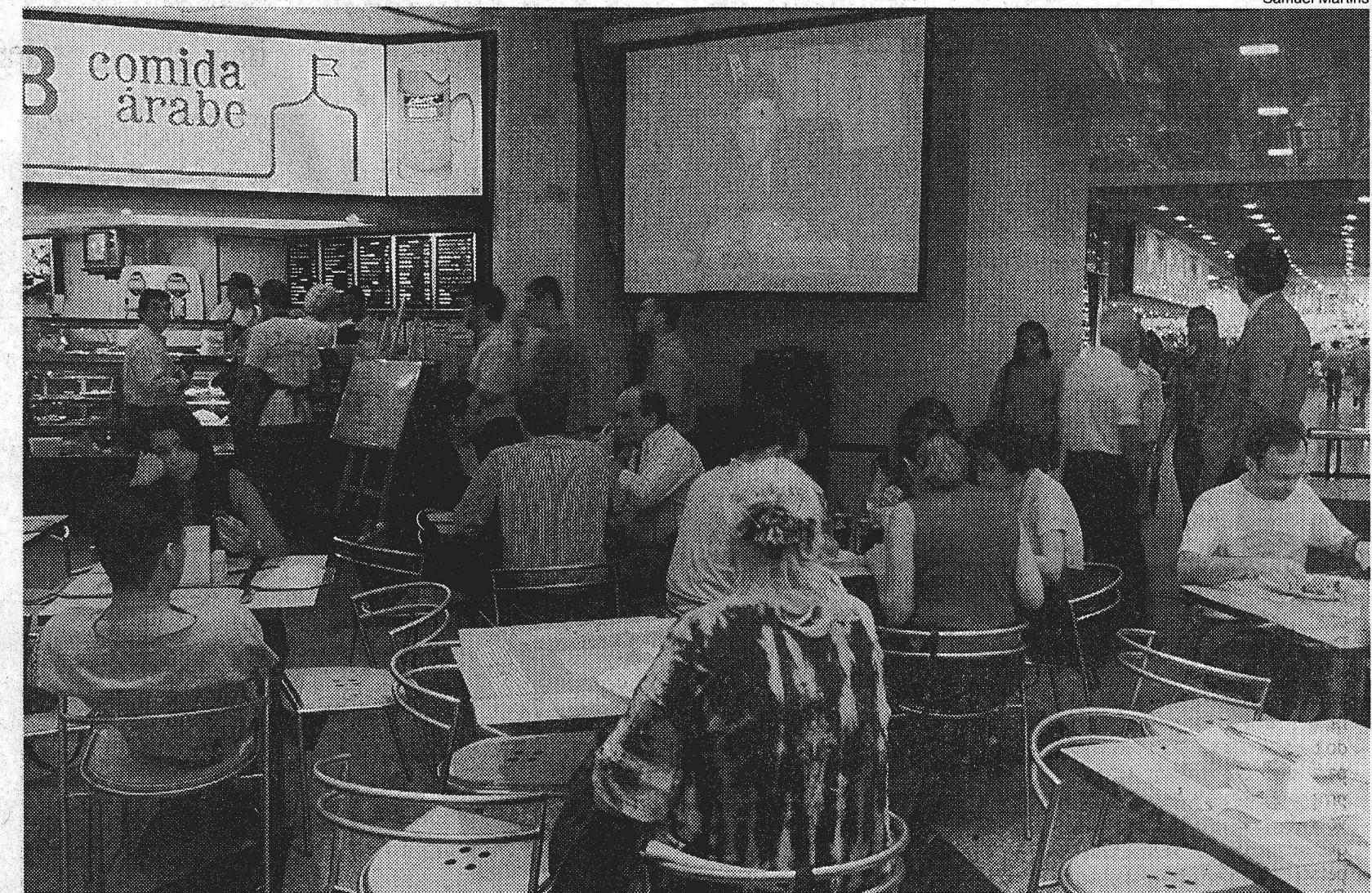
O aumento na alíquota da CPMF também desagradou o presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), Cláudio Fortes. Segundo ele, mesmo com o aumento verificado pelo setor nos últimos três meses – em função da migração de investidores para o mercado imobiliário – a tendência será de queda. "Isso afugenta qualquer tipo de investimento."

O grande acerto do pacote, na visão de Humberto Motta, presidente do conselho da Associação Comercial do Rio e vice-presidente da Brascan, foi nos pontos que dizem respeito à Previdência. "O servidor público é um dos grandes focos de desequilíbrio nas contas públicas e o governo acertou em aumentar sua contribuição", disse. Apesar da manutenção dos juros altos e do aumento da CPMF, Humberto Motta aprovou o pacote com louvor. "Apesar das medidas conjunturais (aumento de impostos) e dos juros pornográficos, o governo tomou uma medida corajosa para enfrentar o problema. Mas enquanto não houver acordo nas contas públicas, o governo não tem escolha."

Recessivo – O presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio Oliveira Santos, divulgou nota na qual afirma que o plano "contém medidas positivas, embora seja nitidamente recessivo". Para Antônio, o pacote vai evitar um agravamento da crise financeira no setor público. "É uma medida de emergência, que evitaria que o governo perca controle da situação", diz a nota.

Em Porto Alegre, o deputado federal pelo PMDB gaúcho e presidente em exercício Federação das Indústrias (Fiers), Luís Roberto Ponte, considerou um erro o anúncio do ajuste fiscal neste momento. "O presidente precisa se convencer que não tem mais como empurrar para a frente a solução definitiva das reformas. O presidente errou quatro vezes: primeiro por não ter aprovado as reformas quando assumiu no seu primeiro mandato, com amplo apoio popular. Depois, por não propor a reforma na crise do México, em seguida na crise da Ásia e por último na crise do Japão", explicou Ponte.

Em Belo Horizonte o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Stefan Salej, previu que o aumento de impostos deve levar a uma alta nos preços, com o consequente aumento da inflação. "Aumentando impostos, você aumenta custos e preços. Não estou certo de que a inflação não volte no ano que vem", disse Salej. Segundo o presidente da Fiemg, o governo corre riscos ao enviar as medidas para serem aprovadas por um Congresso com uma parcela de parlamentares que vai sair e outra que já acenou que não aceita as medidas do ajuste fiscal. "Se para aprovar o governo tiver que negociar cargos, o pacote não terá valor. Já nasce morto." O presidente da Fiemg também criticou os cortes na área social, sobretudo na educação. "Sem recursos para a educação, e principalmente para o setor de ciência e tecnologia, a indústria brasileira nunca terá competitividade."



Num shopping do Rio, consumidores almoçam alheios ao pronunciamento do ministro Malan. O comércio vai reduzir as contratações no Natal